



QUEBRANDO A BANCA FCC — DISCIPLINAS BÁSICAS

Organizado e escrito por Gabriel Granjeiro

Colaboração Técnica:

Wellington Antunes, Rodrigo Cardoso, Elias Santana,
Maurício Fransceschini e Josimar Padilha

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DIREITO CONSTITUCIONAL	5
LÍNGUA PORTUGUESA	10
INFORMÁTICA.....	14
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO (RLM).....	17
DIREITO ADMINISTRATIVO	25



Gabriel Granjeiro
Diretor-presidente

Sobre o autor:

Graduado em Administração e Marketing pela Leonard N. Stern School of Business da New York University, fundador do Gran Cursos Online e da GG Educacional.

Apresentação

Você nos pauta, e nós botamos suas sugestões em prática. É hora de atender aos pedidos de inúmeros alunos e internautas que nos acompanham pelas redes sociais e pelo blog do Gran Cursos Online: já está disponível o e-book com os artigos consolidados da série Quebrando a Banca FCC.

Tal como o primeiro volume, que também ofertamos gratuitamente para download em nosso blog, este compila nossa minuciosa análise da forma como as principais bancas organizadoras de concursos no Brasil cobram as matérias básicas nos certames. A diferença é que, no primeiro e-book que publicamos, a banca examinada foi o Cespe/Cebraspe. Agora foi a vez da Fundação Carlos Chagas, que teve destrinchadas as provas de Língua Portuguesa, Informática, Raciocínio Lógico-Matemático (RLM), Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Os nossos mestres Elias Santana, de Língua Portuguesa; Wellington Antunes, de Direito Constitucional; Rodrigo Cardoso, de Direito Administrativo; Josimar Padilha, de RLM e Maurício Franceshini, de Informática, interpretaram, no total, 62 provas, 508 questões e 2.540 alternativas. Toda essa amostra foi traduzida em dados, gráficos e informações que você, candidato, pode e deve usar para elaborar o melhor plano de estudos possível e gabaritar as provas dessas disciplinas nos próximos certames.

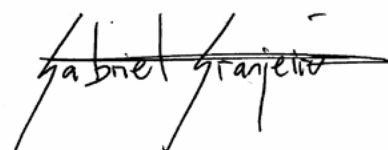
Depois de ler os artigos compilados no e-book, você vai chegar às mesmas conclusões a que chegaram os nossos colaboradores. Eles perceberam, por exemplo, que em regra a banca FCC cobra muito texto literal de leis e normas e pouca jurisprudência em suas provas de Direito. Já quanto à doutrina, o grau de cobrança varia: nas provas de Direito Administrativo, ele é mais alto do que nas provas de Direito Constitucional. Para ilustrar essas e outras inferências dos nossos mestres, incluímos e comparamos, nos artigos, alguns exemplos de questões do Cespe e da FCC.

Por tudo isso, podemos afirmar com convicção que este é um trabalho muito útil para quem quer ter um diferencial em face da concorrência. Então, sem mais delonga, acompanhe nas páginas seguintes este valioso material. Saiba que ele demandou muitas horas de trabalho, análise, revisão, diagramação, ilustração etc. Mas você verá que valeu a pena.

Aqui, no Gran Cursos Online, somos parceiros dos concurseiros e trabalhamos duro para ver realizado nosso maior desejo: que todos os nossos alunos participem, em um futuro bem breve, do quadro "Cheguei Lá".

Bons estudos e GRAN sucesso,

Observação: As análises aqui compiladas não se aplicam a concursos voltados para bacharéis em Direito nem a provas da área fiscal, ainda que a FCC seja a banca organizadora. O conteúdo cobrado nesses certames tende a ser diferente dos analisados por nós na série organizada neste e-book. Outra ressalva digna de nota é que o candidato não deve assumir que as tendências relatadas são passíveis de generalização para todos os ramos do Direito.



DIREITO CONSTITUCIONAL

Olá, amigo concurseiro!

Com este artigo, atendendo a pedidos de inúmeros alunos, daremos início à série Quebrando a Banca FCC. Assim como fizemos na série anterior, sobre o Cespe/UnB, falaremos especificamente das disciplinas consideradas básicas ou clássicas, aquelas que são cobradas nos principais concursos públicos dos órgãos e entidades dos três poderes da República e nas três esferas de governo. São elas: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Língua Portuguesa, Informática e Raciocínio Lógico Matemático (RLM).

Antes de sair traçando, quebrando, traduzindo, esmiuçando – em números e gráficos – o perfil das provas da Fundação Carlos Chagas, falaremos um pouquinho sobre essa instituição. A FCC é uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos que foi criada em 1964 para desenvolver pesquisas e organizar exames para vestibulares e concursos públicos. Sua página na internet informa que hoje estão em andamento quase quarenta concursos sob sua organização. Treze deles são seleções para tribunais, área de atuação em que a banca vem se especializando e conquistando enorme expertise.

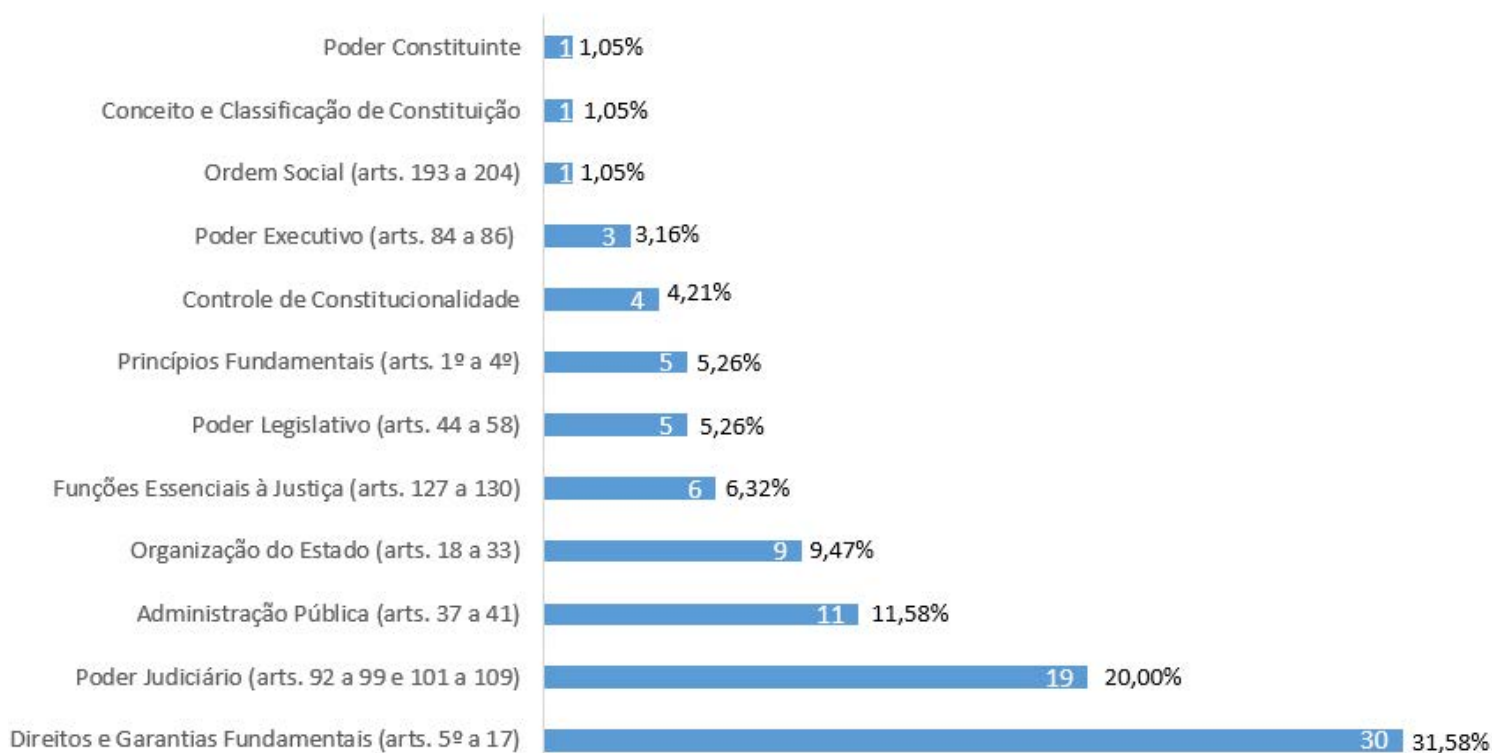
Agora vamos direto ao que interessa – afinal, tempo vale ouro para quem estuda para concurso. Neste primeiro artigo da série, destrincharemos como foi o “modus operandi” do nosso “inimigo” em 14 concursos públicos recentes para tribunais: TJ/AP 2014 – Técnico Judiciário; TRE/AP 2015 Técnico Judiciário; TJ/AP 2015 – Analista; TRE/AP 2015 – Analista; TRE/PB 2015 – Analista; TRE/PB 2015 – Técnico Judiciário; TRE/SP 2012 – Analista; TRE/SP 2012 – Técnico Judiciário; TRT1 2013 – Analista; TRT1 2013 – Técnico Judiciário; TRT4 2015 – Técnico Judiciário; TRT4 2015 – Analista; TRT9 2015 – Analista; e TRT9 2015 – Técnico Judiciário.

Para a análise de hoje, examinamos, interpretamos e traduzimos nada menos do que 14 provas e 95 questões com 5 alternativas cada, num total de 475 afirmativas avaliadas com a colaboração indispensável do nosso mestre em Direito Constitucional Wellington Antunes. Foi um exaustivo trabalho de análise, que esperamos, sem muita pretensão, seja de grande valia para a construção do seu plano de estudos para enfrentar os próximos certames organizados pela FCC. Esteja preparado para muitas informações.

Vamos ao resultado da nossa investigação. Os assuntos mais cobrados em matéria de Direito Constitucional nas 14 provas que examinamos foram, em ordem decrescente: direitos e garantias fundamentais (arts. 5º a 17) – 30 das 95

questões, ou 31%; Poder Judiciário (arts. 92 a 99 e 101 a 109) – 19 questões, ou 20%; Administração Pública (arts. 37 a 41) – 11 questões, ou 12%; organização do Estado (arts. 18 a 33) – 9 questões, ou 9%; funções essenciais à justiça (arts. 127 a 130) – 6 questões, ou 6%; princípios fundamentais (arts. 1º a 4º) e Poder Legislativo (arts. 44 a 58) – 5 questões, ou 5%, para cada tema; controle de constitucionalidade – 4 questões, ou 4%; e Poder Executivo (arts. 84 a 86) – 3 questões, ou 3%. Identificamos, ainda, 1 questão para cada um dos itens a seguir: ordem social (arts. 193 a 204); conceito e classificação de constituição; e poder constituinte.

Distribuição das questões por tópico



Quando se comparam o estilo da FCC e o do Cespe, constata-se que, em geral, as questões desta banca são mais de natureza interpretativa, ao passo que as daquela normalmente são mais literais. Apesar disso, eventualmente o Cespe também cobra a letra da lei e a FCC vez ou outra exige a interpretação dos conteúdos do edital. Essa mistura dos dois tipos de questão é, aliás, uma tendência.

Veja algumas questões que vêm ao encontro do que afirmamos sobre a banca FCC cobrar muito texto literal das normas previstas no conteúdo programático dos concursos que organiza:

Ano: 2014 – Banca: FCC – Órgão: TJ/AP – Prova: Técnico Judiciário/Área Judiciária e Área Administrativa**1. É direito social dos trabalhadores urbanos e rurais**

- a) a duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias e quarenta semanais.
- b) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
- c) o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de noventa dias, nos termos da lei.
- d) a proteção em face da automação, na forma da lei complementar.
- e) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

REMISSÃO LEGAL:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

Ano: 2014 – Banca: FCC – Órgão: TJ/AP – Prova: Técnico Judiciário/Área Judiciária e Área Administrativa**2. Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, é competência**

- a) privativa da União.
- b) privativa dos Estados.
- c) comum da União e dos Estados, apenas.
- d) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal, apenas.
- e) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

REMISSÃO LEGAL:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos

Agora compare uma questão da FCC e outra do Cebraspe (Cespe/UnB) sobre o mesmo assunto: “Concursos públicos na constituição”. As provas são de 2016:

Cespe/UnB – TCE/PR – Analista de Controle

As etapas por que passa o concurso público devem ser exaustivamente detalhadas por lei em sentido formal e material. (Errada)

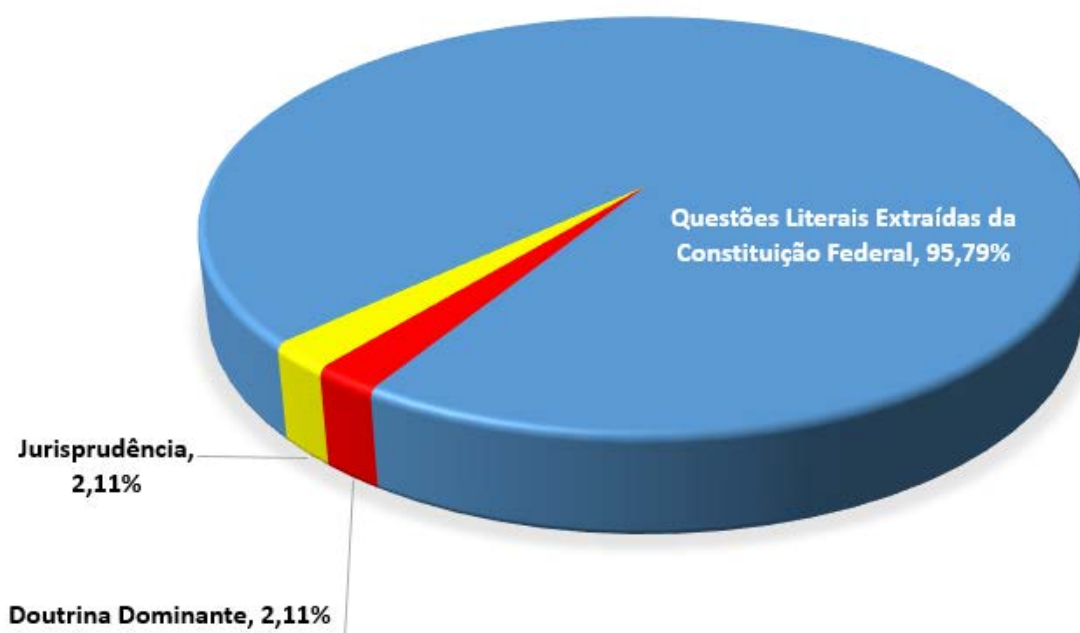
FCC – TRT 23ª REGIÃO (MT) – Analista Judiciário

Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira. (Correta)

Percebeu como, para a resolução da questão proposta pelo Cespe, além de conhecer os dispositivos constitucionais relativos ao tema (art. 37, I a IV), o candidato teria de saber as diferenças entre lei material e lei formal? Já a questão da FCC exigiu apenas a literalidade do inciso IV do art. 37.

Quanto à natureza dos conteúdos cobrados pela FCC, nossas conclusões foram as seguintes: das 95 questões de nossa amostra, 91, ou 96%, versavam sobre questões literais extraídas da nossa Lei Maior. Por fim, percebemos que houve pouquíssimas questões pinçadas da doutrina dominante e outras pouquíssimas sobre jurisprudência: apenas 2 de cada. Em compensação, houve muita – mas muita mesmo – exploração do texto literal da nossa Constituição.

NATUREZA DOS CONTEÚDOS



Quando analisamos ainda mais profundamente, notamos que 88 das questões, ou 93% do teor das provas, foram extraídas de textos consubstanciados nos títulos I, II, III e IV da nossa Constituição cidadã. Esses títulos contêm nada mais, nada menos que 130 artigos constitucionais. Eis aí um dado muito relevante na hora de avaliar se vale a pena, para se sair bem no concurso, ler no mínimo três vezes o texto da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988.

“Uma boa constituição é infinitamente melhor que o melhor dos déspotas.”
Thomas Macaulay.



Wellington Antunes

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Wellington Antunes

Professor de Direito Constitucional, Licitações, Contratos e Convênios. Servidor efetivo do MPU. Aprovado para Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados/2014 (aguardando nomeação). Aprovado para Analista de Finanças e Controle da CGU (aguardando nomeação). Graduado em Administração Pública. Pós-graduado em Direito Administrativo no IDP (especialista). Instrutor interno do MPU (atuante na área de Licitações e Contratos, entre outras funções, pregoeiro, elaboração de editais, Projetos Básicos e Termos de Referência, instrução de processos de dispensa e de inexigibilidade)”.

LÍNGUA PORTUGUESA

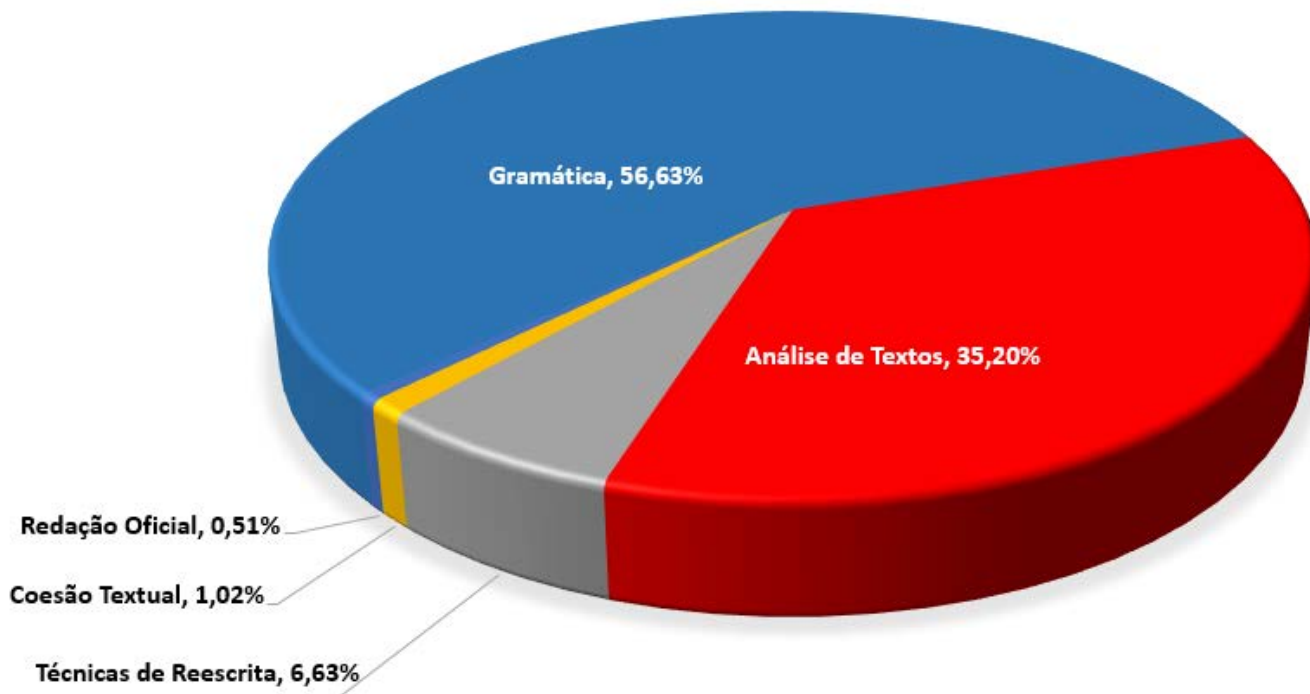
Em continuação à nossa saga “Quebrando a Banca FCC”, falaremos agora de Língua Portuguesa. Para este artigo, contamos com a valiosa e competente colaboração do nosso mestre Elias Santana, que analisou profundamente o estilo da Fundação Carlos Chagas em relação aos conteúdos de gramática, de texto e de redação.

Não custa repetir a lista de concursos que serviram de amostra para a nossa análise: TJ/AP 2014 – Técnico Judiciário; TRE/AP 2015 – Técnico Judiciário; TJ/AP 2015 – Analista; TRE/AP 2015 – Analista; TRE/PB 2015 – Analista; TRE/PB 2015 – Técnico Judiciário; TRE/SP 2012 – Analista; TRE/SP 2012 – Técnico Judiciário; TRT1 2013 – Analista; TRT1 2013 – Técnico Judiciário; TRT4 2015 – Técnico Judiciário; TRT4 2015 – Analista; TRT9 2015 – Analista; e TRT9 2015 – Técnico Judiciário. Foram 14 provas, num total de 196 questões de 5 alternativas cada, o que soma 980 afirmativas destrinchadas pelo professor Elias.



Como você vê, o trabalho de interpretação e análise foi grande, e os dados que colhemos em nossa amostra também se mostraram bastante relevantes. Identificamos, por exemplo, que, das 196 questões, 71 (36%) eram sobre texto, distribuídas entre análise de textos propriamente dita (69 afirmativas) e coesão textual (2 itens). Outras 111 afirmativas, ou 57%, tratavam das regras de nossa gramática; 13, ou 6%, exploravam técnicas de reescrita (texto e gramática) e apenas 1 falava de redação oficial.

Natureza do conteúdo: Língua Portuguesa



Quando dividimos em tópicos as 111 questões que tratavam especificamente de gramática, pudemos desenhar o seguinte quadro:

ANÁLISE DO CONTEÚDO: GRAMÁTICA NAS PROVAS DA FCC
Por: Elias Santana

FCC

FCC

CONTEÚDO	QUANTIDADE	%	OBSERVAÇÕES
Conjunções semânticas	11	9.91%	
Pontuação	11	9.91%	
Vozes verbais	11	9.91%	A voz passiva é a mais cobrada.
Reconhecimento de frases corretas	11	9.91%	
Concordância verbal	11	9.91%	
Questões multigramaticais	10	9.01%	Em uma única questão, cobram-se assuntos como pontuação, concordância, crase, verbos etc.
Correlação verbal	8	7.21%	
Reconhecimento e emprego dos tempos e modos verbais	8	7.21%	
Sintaxe verbal	7	6.31%	VTD/VTI/VTDI/VL/VI
Funções do QUE/pronomes relativos	6	5.41%	
Pronomes oblíquos átonos	6	5.41%	Principalmente a substituição de complementos verbais por pronomes.
Análise sintática	5	4.50%	Sujeito, objetos e adjuntos.
Crise	5	4.50%	
Acentuação gráfica	1	0.90%	

Mas o que identificamos de peculiar nas provas de Língua Portuguesa da FCC? Podemos afirmar que são comuns blocos de afirmativas isolados, em questões que podem ser resolvidas de forma independente e sem consulta ao texto-base. Outra característica típica dessa banca é que ela recorre muito frequentemente a enunciados repetidos: o estilo de cobrança das questões é idêntico; o que muda são apenas as frases que o candidato precisa analisar.

Há mais. Eis outras informações pertinentes que nosso mestre Elias Santana coletou na amostra e que podem fazer a diferença na preparação dos inscritos em concursos da FCC:

- **Em qual(is) gramático(s) a banca mais costuma se basear?**

Em Celso Cunha, Evanildo Bechara (nos trechos da obra dele ligados à Nomenclatura Gramatical Brasileira) e Celso Pedro Luft (dicionários de regência verbal e nominal).

- **De onde costumam ser extraídos os textos para interpretação e intelecção?**

A FCC prioriza periódicos (sobretudo reportagens) e artigos científicos. Também é possível encontrar, em suas provas, textos literários modernos.

- **Qual é o grau de dificuldade das provas?**

Em geral, grau médio. Todavia, algumas questões podem ser consideradas difíceis.

- **Quais são as principais diferenças observadas no comparativo entre a FCC e o Cespe/UnB?**

O Cespe se prende mais à análise linguística atrelada ao texto. Contudo, ambas as bancas prezam pela descrição gramatical em vez de pela prescrição de conceitos.

O professor Elias Santana concluiu que as duas bancas se comportam de forma bem diferente em relação, por exemplo, ao tema concordância verbal, muito cobrado em provas de concursos. A FCC costuma cobrar regras gramaticais, em questões que podem ser resolvidas sem o retorno ao texto apresentado na prova. Já o Cespe exige do candidato o retorno praticamente contínuo ao texto-base, para identificação da resposta correta. A FCC também explora mais do que o Cespe particularidades gramaticais: enquanto este dá preferência às regras gerais

de concordância verbal, aquela explora casos mais específicos, como concordância facultativa com núcleos partitivos. Todavia, também é bom ressaltar o que as bancas têm de semelhante: por exemplo, nenhuma delas prioriza nos textos das questões o emprego de nomenclatura técnica. Tanto uma como outra preferem, portanto, a descrição dos eventos linguísticos em vez da prescrição de termos cunhados pela tradição gramatical.

É isso, amigo concurseiro de plantão. Na próxima semana, continuaremos a quebrar a FCC, tratando da disciplina de Informática. Esse artigo promete muitas dicas úteis aos membros da nossa família Gran Cursos Online.

Bons estudos e GRAN sucesso!



Elias Santana

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Elias Santana

Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura – pela Universidade de Brasília. Possui mestrado, pela mesma instituição, na área de concentração “Gramática – Teoria e Análise”, com enfoque em ensino de gramática. Foi servidor da Secretaria de Educação do DF, além de professor em vários colégios e cursos preparatórios. Ministra aulas de gramática, redação discursiva e interpretação de textos. Ademais, é escritor, com uma obra literária já publicada e, por essa razão, recebeu Moção de Louvor da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INFORMÁTICA

"Cada sonho que você deixa para trás é um pedaço do seu futuro que deixa de existir."

Steve Jobs



Para fazer um trabalho de qualidade, nós nos debruçamos sobre amostras poderosas, que renderam muitas informações relevantes para aqueles que estão elaborando o seu plano de estudos e não podem se dar ao luxo de errar.

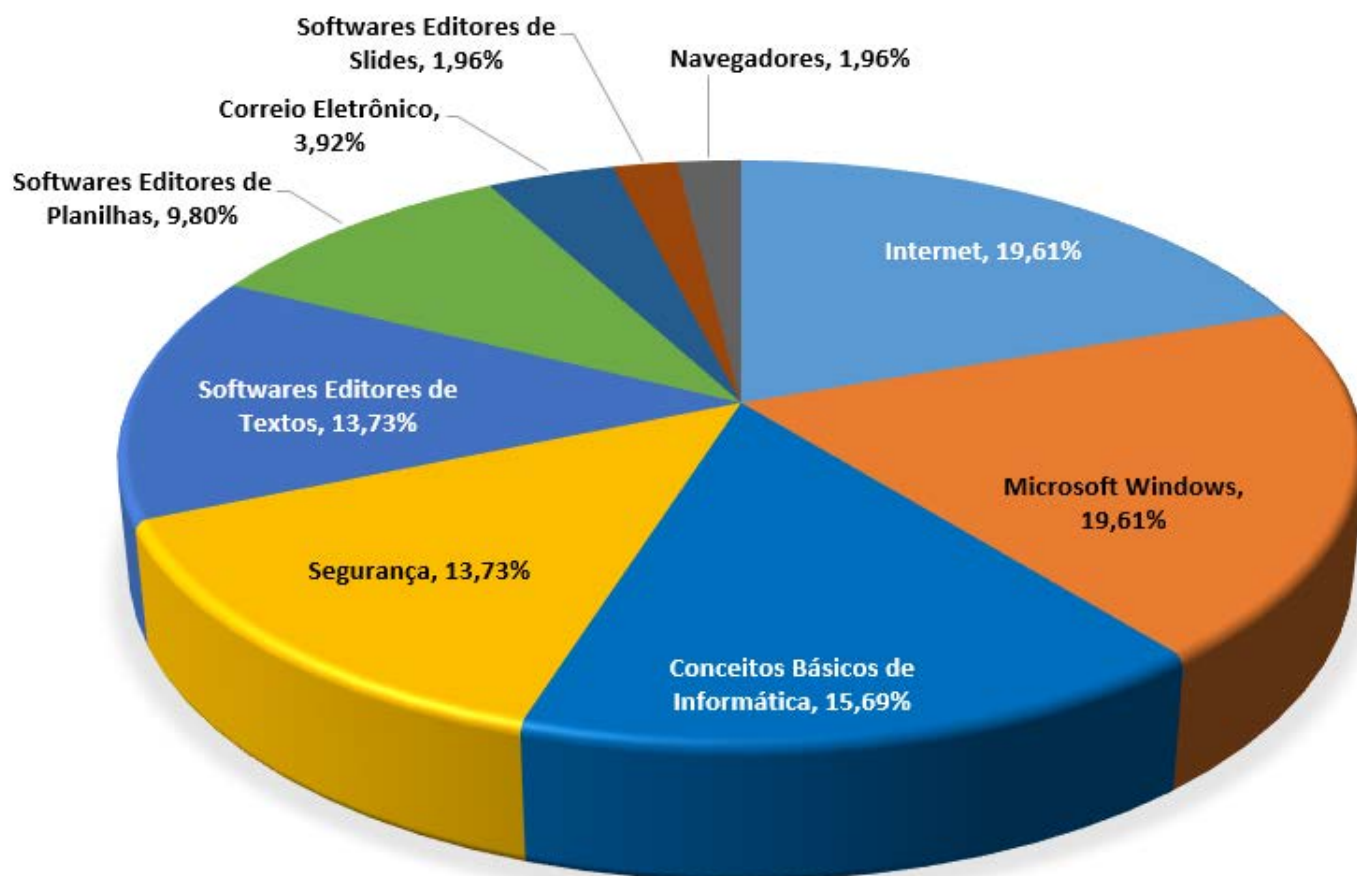
Dando continuidade à nossa missão, faremos a análise sistemática de questões de provas de Informática. Desta vez, quem nos ajudou com seu valioso conhecimento foi o mestre no assunto e professor de larga experi-

ência docente e anos de prática no Tribunal de Justiça do DF Maurício Franceschini.

Nosso colaborador analisou 10 provas dos concursos para os seguintes tribunais: TRE/AP, TRE/PB, TRT 4ª Região, TRE/SP e TRT 1ª Região, todas essas seleções para os cargos de Técnico e de Analista, em um total de 51 questões e 255 assertivas. O TJ/AP e o TRT 9ª região, cujas provas foram analisadas por nós em outras edições desta série, não cobraram dos candidatos inscritos conhecimentos de informática. Aliás, consideramos isso bem estranho, porque certamente, no dia a dia no tribunal, os servidores aprovados nos certames terão de lidar com computadores e aplicativos para desempenhar suas atribuições.

Vamos direto ao ponto: das 51 questões que caíram nessas provas, 10 (19,6%) versavam sobre internet; 7 (13,72%) sobre segurança; 10 (19,6%) sobre o sistema operacional Microsoft Windows; 8 (15,68%) sobre conceitos básicos de Informática; 7 (13,72%) sobre softwares editores de textos; 5 (9,8%) sobre softwares editores de planilha; 2 (3,92%) sobre correio eletrônico; 1 (1,96%) sobre softwares editores de slides e 1 (1,96%) sobre navegadores.

Distribuição das questões por tópico



Os grandes ou mais relevantes temas podem ser assim divididos: dos 10 itens sobre internet, 2 versavam sobre protocolos, 1 sobre computação na nuvem, 1 sobre equipamentos de conexão e 6 sobre tópicos diversos; das 10 questões sobre Windows, 7 tratavam de ferramentas e configurações, 2 sobre acessórios e 1 sobre teclas de atalho; das 15 questões que versavam sobre pacotes de escritório, 5 eram sobre MS Word, 3 sobre MS Excel, 2 sobre LibreOffice Writer, 2 sobre LibreOffice Calc, 2 sobre Webmail e 1 sobre MS PowerPoint; das 7 questões sobre segurança, 5 abordavam o assunto proteção e 2 o tema ameaças. O tópico conceitos básicos, responsável por 8 questões da nossa amostra, estava assim distribuído: 7 questões sobre hardware/software e apenas 1 sobre gerenciamento de arquivos.

Quando analisamos mais detidamente as assertivas, constatamos que mais de 80% – para sermos precisos, 82,32% – de tudo que foi cobrado na prova de Informática da FCC para esses tribunais diziam respeito a apenas 5 assuntos: internet (19,6%), segurança (13,72%), Windows (19,6%), editores de texto (13,72%) e conceitos básicos (15,68%).

As provas aplicadas para o TRE/SP – Técnico e Analista vieram carregadas de questões sobre noções de Informática: 5 no caso da prova para Analista e 10 para o cargo de Técnico Judiciário. Na média, foram 5 questões em cada concurso sobre a disciplina Informática. Não é de se desprezar, certo? Já vi candidatos ficarem de fora de uma lista de aprovados e classificados por apenas um ponto, o que correspondia ao acerto de uma única questão.

Como já ensinamos em outro artigo, a disciplina Informática requer o estudo de todos os itens do edital e a solução de muitas questões de provas anteriores. Além disso, faz toda a diferença praticar no computador tudo que a banca examinadora previu no edital em matéria de comandos e ferramentas aplicadas.

Creio que deixamos aqui farta munição para você, amigo concurseiro, aplicar na elaboração do seu plano de guerra para enfrentar a FCC. Explore bem essas informações em sua preparação para os concursos organizados por ela na área de Informática ou que cobrem essa disciplina na seleção para outras áreas. Na próxima semana, abordaremos as provas dessa banca quanto à disciplina Raciocínio Lógico Matemático.

Bons estudos e GRAN sucesso!



Maurício Franceschini

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Maurício Franceschini

Servidor público do TJDFT desde 1999, atuando como supervisor de informática desde 2003. Graduado em Ciência da Computação pela UnB e mestrando também pela UNB. É professor de informática para concursos, ministrando também algumas disciplinas da área de TI, com experiência em várias instituições renomadas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO (RLM)



Com este artigo, analisaremos o tema Raciocínio Lógico Matemático (RLM). Como você já sabe, estamos destrinchando, com base nos certames mais recentes, a forma como essa – que é uma das mais tradicionais organizadoras de concursos para tribunais, defensorias e prefeituras no Brasil – costuma cobrar as disciplinas básicas em suas provas.

“A matéria Raciocínio Lógico-Matemático tem estado presente em praticamente todos os concursos públicos que exigem como grau de escolaridade o ensino fundamental e o ensino médio.”

A matéria Raciocínio Lógico-Matemático tem estado presente em praticamente todos os concursos públicos que exigem como grau de escolaridade o ensino fundamental e o ensino médio. Mas também tem sido cobrada em muitas provas de nível superior. Grande parte dos concurseiros a consideram um bicho-papão, tanto que muitos deles fogem dos editais que incluem essa disciplina no programa assim como o diabo foge da cruz. Todo esse receio faz algum sentido, na medida em que não se estuda Raciocínio Lógico ou Matemática da mesma forma que se estudam disciplinas como Direito Constitucional, Direito Administrativo, Língua Portuguesa ou Informática, por exemplo. É fato: preparar-se em Raciocínio Lógico-Matemático exige cuidado especialíssimo, além de ferramentas muito peculiares e elaboração de problemas mentais bem diferentes daqueles aos quais um concurseiro está acostumado.

“A verdadeira mãe de toda a preparação, quando o tema é Raciocínio Lógico-Matemático, é a senhora prática.”

O estudo da lógica é o estudo dos métodos e princípios que permitem distinguir o raciocínio correto do incorreto; aquilo que “tem lógica” daquilo que não tem; o que é verdadeiro do que é incorreto (falácia). A verdadeira mãe de toda a preparação, quando o tema é Raciocínio Lógico-Matemático, é a senhora prática. E o verdadeiro desafio para os concurreseiros é obter no dia “D” as respostas certas no menor tempo possível. Então, mais uma vez fica a dica: pratique, pratique, pratique... e, quando não estiver praticando, volte a praticar!

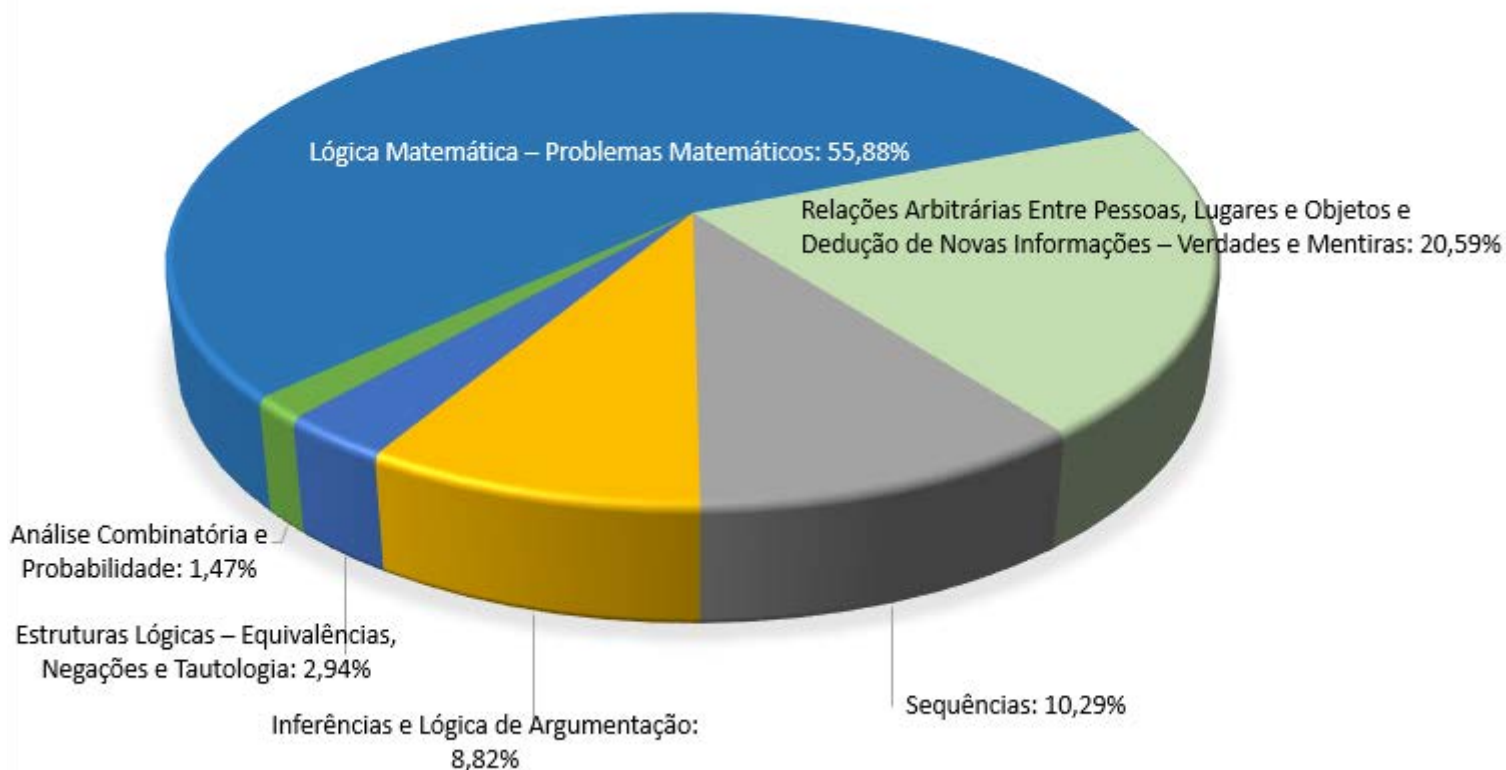
Para apresentar os números que em seguida serão traduzidos em um gráfico, contamos com a ajuda do nosso mestre das exatas, o professor Josimar Padilha. Ele examinou as provas de certames aplicados nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. Foram eles: TRF 3ª Região/2016 – Técnico e TRF 14ª Região/2016 – Técnico; TRT 9ª Região/2015 – Técnico e Analista; TRT 4ª Região/2015 – Técnico e Analista; TJ AMAPÁ/2014 – Técnico; TRE Amapá/2014 – Analista; e TRT 1ª Região/2013 – Técnico e Analista.

Para começar, nosso colaborador classificou as provas por nível de dificuldade. As dos concursos para o cargo de Técnico do TRF 14ª Região/2016, do TRT 9ª Região/2015, do TRT 4ª Região/2015, do TJ do Amapá/2014 e do TRT 1ª Região/2013 foram consideradas de grau médio de dificuldade, ou seja, nível 3; as demais foram consideradas difíceis (nível 4). Da amostra selecionada para análise, o professor Josimar não identificou nem provas de nível 1, consideradas muito fáceis; nem provas de nível 5, muito difíceis.

Os temas das 68 questões (340 itens no total) sobre RLM estavam assim distribuídos em nossa amostra: estruturas lógicas – equivalências, negações e tautologia – 2 questões (2,94%); inferências e lógica de argumentação – 6 questões (8,82%); análise combinatória e probabilidade – 1 questão; lógica matemática – problemas matemáticos – 38 questões (55,88%); relações arbitrárias entre pessoas, lugares e objetos e dedução de novas informações – verdades e mentiras – 14 questões (20,59%); e sequências – 7 questões (10,29%).

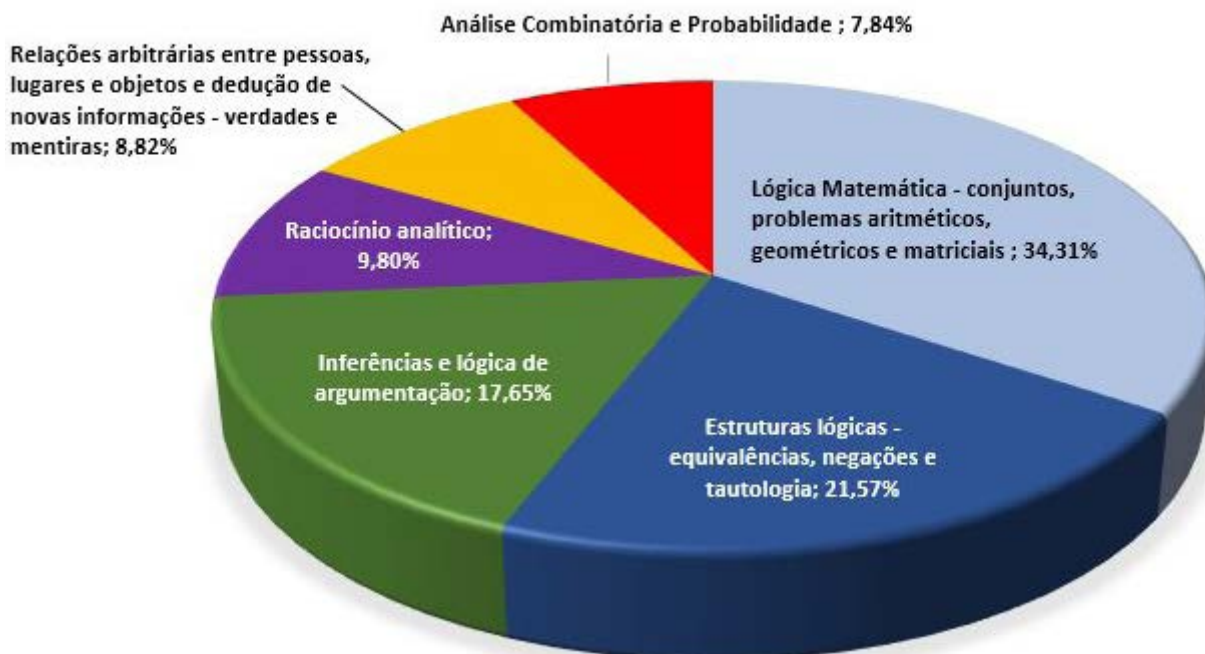
Esses dados nos permitem chegar a uma conclusão bastante relevante sobre o que a FCC mais cobra em RLM. Anote aí: 76,47% de todos assuntos cobrados nas provas que estudamos se referiam a lógica matemática/problemas matemáticos (55,88%) e relações arbitrárias entre pessoas, lugares e objetos/dedução de novas informações/verdades e mentiras (20,59%).

Distribuição das questões por tópico



Compare com a distribuição das questões por tópico nas provas do Cespe/UNB analisadas por nossa equipe. Artigo completo [AQUI](#).

Distribuição de questões por tópico



Veja agora o que diz o professor Padilha sobre algumas diferenças entre o estilo da banca FCC e o do Cespe/Cebraspe:

Para responder uma questão cobrada pela banca Cespe, é necessária a leitura de uma situação voltada muitas vezes para a realidade do cargo em que o candidato está inscrito no concurso. Além do conteúdo formal sobre a matéria, a banca exige do candidato interpretação, percepção e aplicação dos conceitos a casos concretos. Os itens da prova são divididos por grau de complexidade, de modo que a prova pode ser considerada mais difícil. Muitas vezes, se o candidato não estiver acostumado com esse estilo de prova, seu rendimento fica comprometido. Para ilustrar, eis um exemplo de questão:

(CESPE/PCDF/AGENTE/2013) O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou, em 2013, dados a respeito da violência contra a mulher no país. Com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, o instituto apresentou uma estimativa de mulheres mortas em razão de violência doméstica. Alguns dos dados apresentados nesse estudo são os seguintes:

- mais da metade das vítimas eram mulheres jovens, ou seja, mulheres com idade entre 20 e 39 anos: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% na faixa etária de 30 a 39 anos;
- 61% das vítimas eram mulheres negras;
- grande parte das vítimas tinha baixa escolaridade: 48% cursaram até o 8º ano.

Com base nessas informações e considerando que V seja o conjunto formado por todas as mulheres incluídas no estudo do IPEA; $A \subset V$, o conjunto das vítimas jovens; $B \subset V$, o conjunto das vítimas negras; e $C \subset V$, o conjunto das vítimas de baixa escolaridade – vítimas que cursaram até o 8º ano –, julgue os itens que se seguem.

Item: Se $V \setminus C$ for o conjunto complementar de C em V , então $(V \setminus C) \cap A$ será um conjunto não vazio.

Comentário:

Temos uma questão que envolve três **conjuntos** de vítimas, ou seja, mulheres que sofreram violência. Podemos fazer a seguinte análise desses dados:

A: Mulheres jovens	$\left\{ \begin{array}{l} 20 - 29 = 30\% \\ 30 - 39 = 23\% \end{array} \right.$	Total: 54%

B: Mulheres negras: 61%

C: Mulheres com baixa escolaridade: 48%

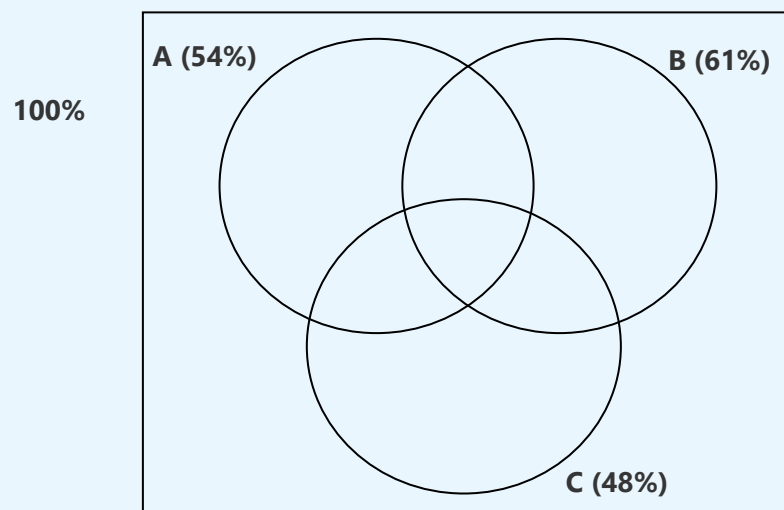
V: $A \subseteq B \subseteq C$, o conjunto V é formado por todas as mulheres incluídas no estudo do IPEA, logo:

$$A \subset V$$

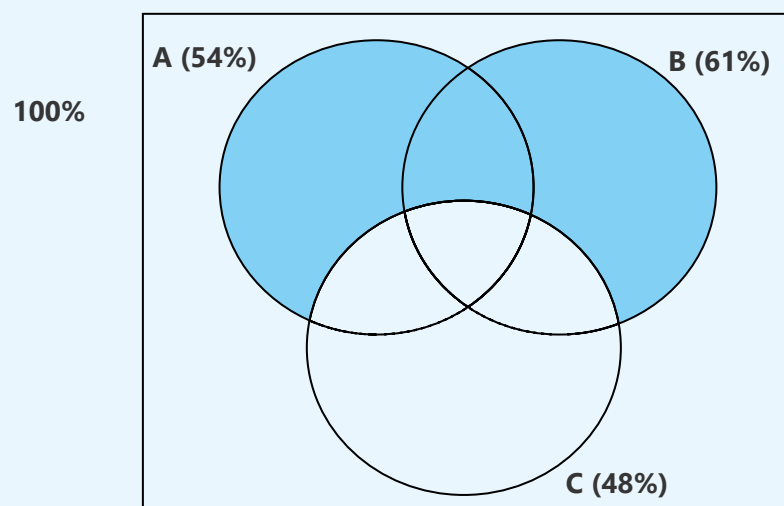
$$B \subset V$$

$$C \subset V$$

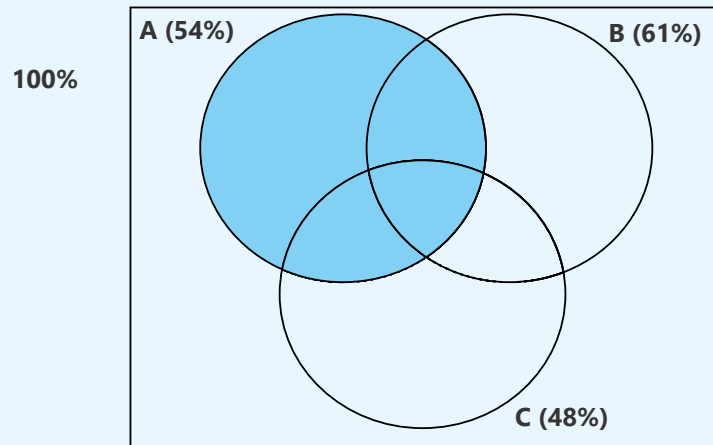
Os diagramas podem ser assim construídos:



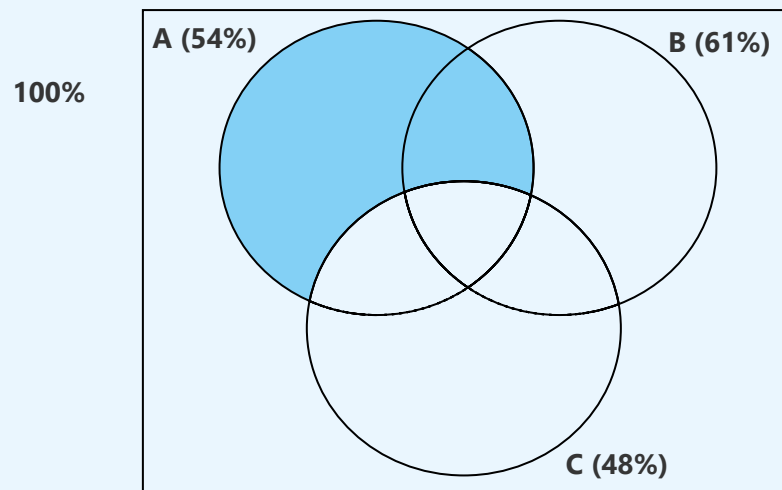
O item indica que $V \setminus C$ corresponde ao complementar do conjunto C em relação ao Universo (V) e que $(V \setminus C) \cap A \neq \emptyset$, ou seja, a interseção do complementar de C com o conjunto A deve ser diferente de vazio. Verifiquemos tal afirmação no diagrama:



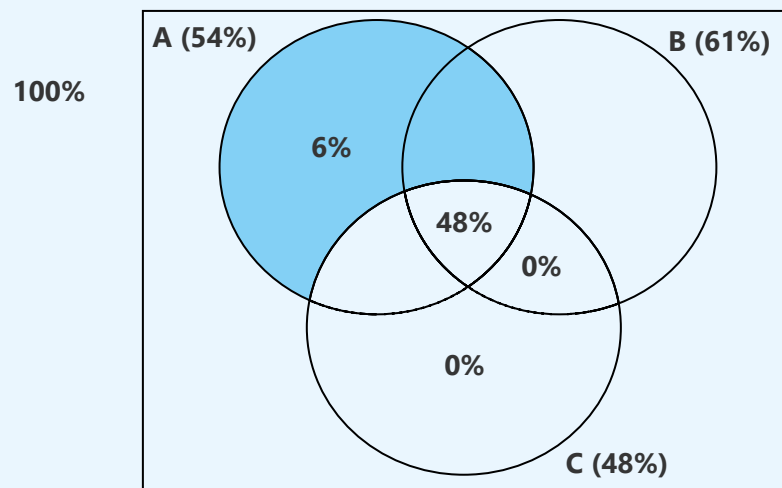
A parte hachurada do diagrama acima corresponde a \overline{C} , complementar de C.



A parte hachurada no diagrama acima corresponde ao conjunto A.



A parte hachurada no diagrama acima corresponde ao conjunto $(\overline{C}) \cap A$. Quando analisamos o diagrama resultante, inferimos o seguinte:



O valor mínimo que podemos ter na interseção de $(V|C \cap A)$ é 6%, ou seja, é diferente de vazio. Portanto, o item é **correto**.

As questões da banca FCC são mais simples do que isso. O examinador exige o conhecimento do assunto, mas não cobra outras habilidades do candidato, como interpretação. Veja o exemplo:

[Fundação Carlos Chagas (FCC)] Uma escola de música oferece apenas os cursos de Teclado, Violão e Canto e tem 345 alunos. Sabe-se que:

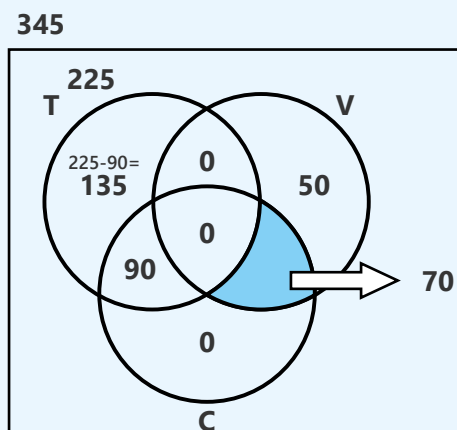
- Nenhum aluno estuda apenas Canto.
- Nenhum aluno estuda Teclado e Violão.
- 225 alunos estudam Teclado.
- 90 alunos estudam Teclado e Canto.
- 50 alunos estudam apenas Violão.

Quantos alunos estudam Canto e Violão?

- a) 70
- b) 120
- c) 140
- d) 150
- e) 160

Comentário:

Basta transferir os dados para um esquema como este para obter a resposta:



É isso, amigo concurseiro.
Bons estudos e GRAN sucesso!



Josimar Padilha

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Josimar Padilha

Professor do Gran Cursos Online. Ministra aulas presenciais, telepresenciais e online de Matemática Básica, Raciocínio Lógico, Matemática Financeira e Estatística para processos seletivos em concursos públicos estaduais e federais. Professor de Matemática e Raciocínio Lógico em várias faculdades do Distrito Federal. Servidor público há mais de 20 anos. Autor de diversas obras. Palestrante.

DIREITO ADMINISTRATIVO

"A Administração não pode proceder com a mesma desenvoltura e liberdade com que agem os particulares, ocupados na defesa de suas próprias conveniências, sob pena de trair sua missão própria e sua razão de existir."

Celso Antônio Bandeira de Mello



Fechando a nossa série "Quebrando a Banca FCC", vamos decifrar esta que é considerada por muitos professores e candidatos à carreira pública uma das mais difíceis disciplinas cobradas em concurso: o Direito Administrativo.

"... o concurseiro precisa se esforçar muito para se manter atualizado e competitivo em relação aos concorrentes quando se trata desse conteúdo."

De fato, essa matéria tem algumas características que tornam o seu estudo mais dificultoso. O direito administrativo não é codificado. Em vez de estar reunido em um único diploma legal, ele está distribuído em várias leis e atos normativos e se norteia por uma grande variedade de princípios. Para piorar, sofre alterações com frequência. Em resumo, o concurseiro precisa se esforçar muito para se manter atualizado e competitivo em relação aos concorrentes quando se trata desse conteúdo. Se lhe serve de consolo, ponha-se no lugar de um professor da disciplina ou dos autores que escrevem sobre ela. Imagine quanta dificuldade esses profissionais enfrentam para acompanhar o volume de atualizações que diariamente afetam a legislação administrativa. Apesar de tudo isso, com a valiosa e competente ajuda do professor Rodrigo Cardoso e da talentosa equipe do blog do **Gran Cursos Online**, examinaremos, a seguir, como o FCC cobra o direito administrativo nos disputados certames que organiza.

"Queremos que o resultado deste trabalho em equipe seja o empurrãozinho que faltava para você conquistar a estabilidade financeira e o sucesso profissional."

O que pretendemos com isso, amigo leitor? Apenas facilitar a sua vida. Nossa intenção é fornecer a você instrumentos que lhe permitam direcionar os estudos para os assuntos que são de fato mais explorados nas provas. Queremos que o resultado deste trabalho em equipe seja o empurrãozinho que faltava para você conquistar a estabilidade financeira e o sucesso profissional. Mas também temos fé de que nosso esforço ajudará o nosso imenso Brasil a ter uma Administração Pública mais eficaz, eficiente e efetiva, totalmente voltada para Sua Excelência o Senhor cidadão, cliente de um serviço público de qualidade.

Para a análise de hoje, nós nos debruçamos sobre as provas de direito administrativo dos seguintes concursos organizados pela Fundação Carlos Chagas: TRT 9ª Região/2015 – Técnico e Analista, TRE-AP/2015 – Técnico, TRE-SP/2012 – Técnico e Analista, TRE-PB/2015 – Técnico e Analista, TRT 1ª Região-RJ/2012 – Técnico, TRE-AP/2014 – Técnico e Analista, TJ-AP/2014 – Técnico, TRT 4ª Região/2015 – Analista e TRT 1ª Região/2013 – Analista. Além disso, incluímos na amostra a prova de direito constitucional do concurso de 2015 para o cargo de técnico do TRT 4ª Região, na qual foram cobrados os artigos 37 a 41 da CF/1988. Esses dispositivos são tema exaustivamente abordado nas aulas e nos cursos de direito administrativo, já que dizem respeito aos servidores públicos.

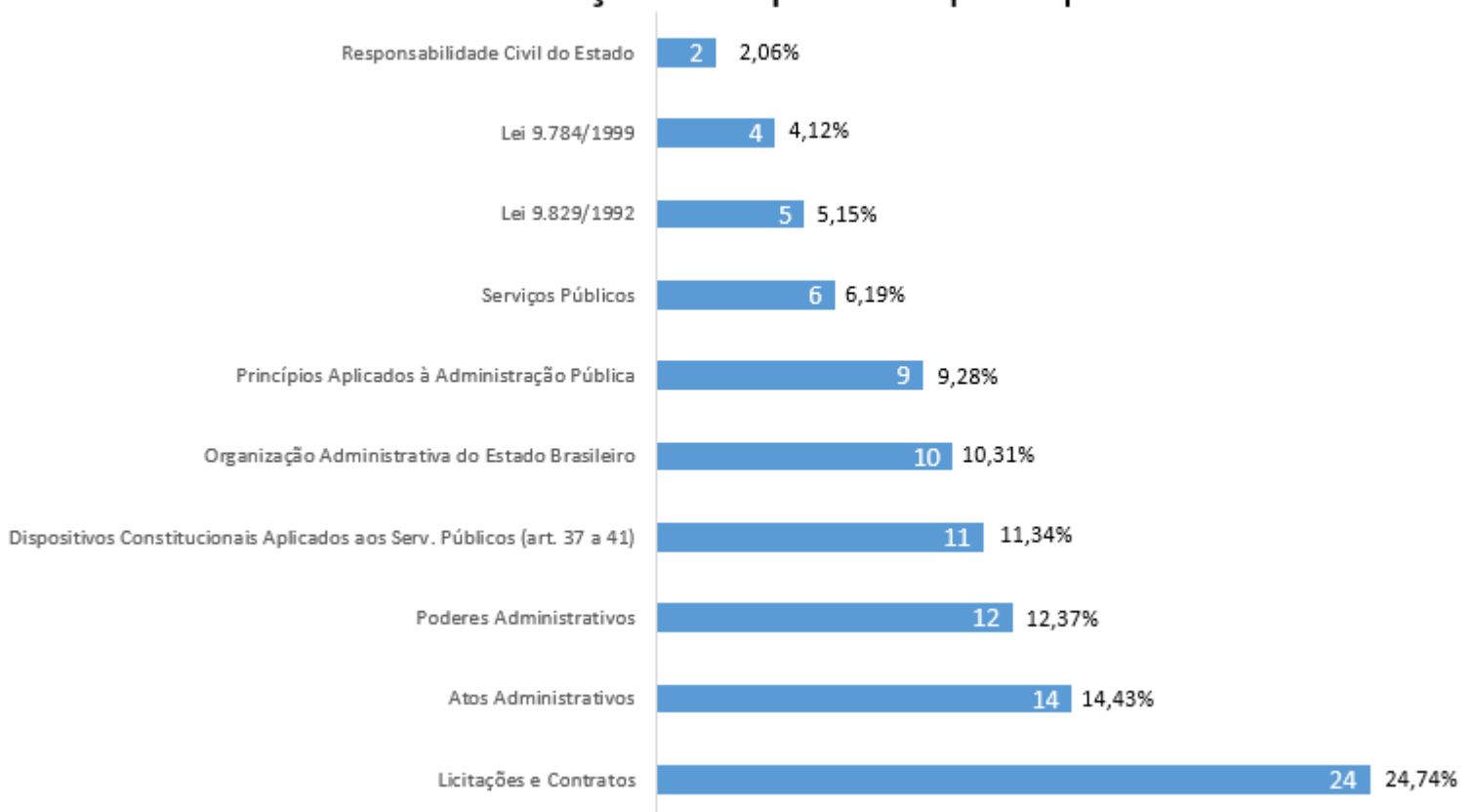
Foram, portanto, 14 provas, 109 questões e 545 assertivas sobre tópicos relacionados ao direito administrativo que agora lhe entregamos devidamente traduzidas. Essa foi uma das maiores amostras que selecionamos na tentativa de decifrar o *modus operandi* de uma banca examinadora. Esperamos que você faça bom uso das informações.

As primeiras conclusões a que chegamos em nossa análise dizem respeito à distribuição dos temas mais cobrados nas provas. Essa distribuição foi a seguinte: dispositivos constitucionais aplicados aos servidores públicos – Administração Pública – artigos 37 a 41 da CF/1988: 11 questões; Lei 8.429/1992 – improbidade administrativa: 5 questões; poderes administrativos: 12 questões; Lei 8.112/1990, sobre o regime geral jurídico, e Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006, sobre, em específico, a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União: 12 questões; organização administrativa do Estado brasileiro: 10 questões; atos administrativos e Lei 9.784/1999: 18 questões; responsabilidade civil do Estado: 2 questões; serviços públicos – Lei 8.987/1995: 6 questões; Lei 8.666/1993 e Lei 10.520/2002 – Lei do Pregão: 24 questões; princípios da Administração Pública: 9 questões.

Notamos que as normas básicas do direito administrativo (Leis 8.112/1990, 8.666/1993, 9.784/1999 e 8.429/1992 e dispositivos constitucionais aplicados aos servidores públicos civis – artigos 37 a 41) respondem por mais de 50% – precisamente 51,37% – de todos os itens abordados nas provas que coligimos como amostra.

Em ordem decrescente, os assuntos específicos estavam assim distribuídos em nosso material de análise: em 1º lugar, com 24 questões – licitações e contratos; em 2º lugar, com 14 questões – atos administrativos; em 3º lugar, com 12 questões – poderes administrativos; em 4º lugar, com 11 questões – dispositivos constitucionais aplicados aos servidores públicos (artigos 37 a 41); em 5º lugar, com 10 questões – organização administrativa do Estado brasileiro; em 6º lugar, com 9 questões – princípios aplicados à administração pública; em 7º lugar, com 6 questões – serviços públicos; em 8º lugar, com 5 questões – Lei 9.829/1992; em 9º lugar, com 4 questões – Lei 9.784/1999; e em 10º lugar, com 2 questões – responsabilidade civil do Estado.

Distribuição das questões por tópico

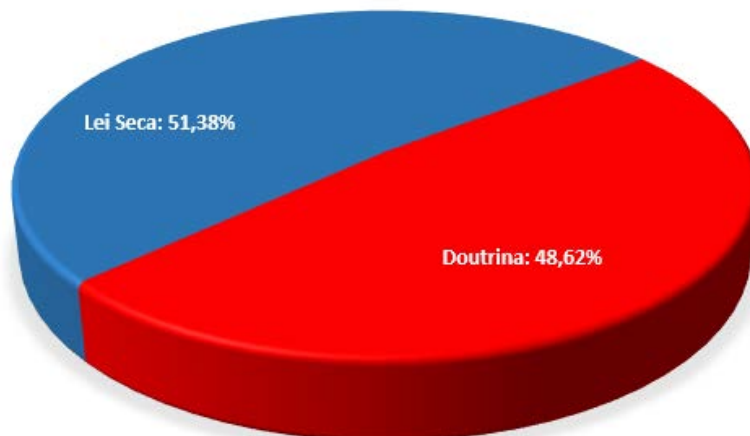


“51% das afirmativas submetidas ao exame dos candidatos foram pinçadas direto da letra das leis e dos dispositivos constitucionais já mencionados.”

Quanto à natureza do conteúdo cobrado, percebemos que, das 109 questões, nada foi questionado sobre a jurisprudência mais recente dos tribunais superiores brasileiros. Em compensação, 49% dos itens versavam sobre assuntos abordados pelos principais doutrinadores administrativistas. Em especial, foram citados Maria Sylvia Zanella **di Pietro**, José dos Santos **Carvalho Filho** e **Diogo de Fi-**

gueiredo Moreira Neto. Todavia, 51% das afirmativas submetidas ao exame dos candidatos foram pinçadas direto da letra das leis e dos dispositivos constitucionais já mencionados.

Natureza dos conteúdos



Com isso, fechamos mais uma série de artigos da iniciativa “Quebrando a Banca”. Pedimos que você faça a gentileza de deixar, no espaço reservado para comentários abaixo, sua avaliação sobre esta coleção de textos. Por favor, diga-nos também qual banca você prefere que “quebrems” em seguida. O seu **feedback** é muito importante para nós.

“As prerrogativas da Administração não podem ser vistas ou denominadas como poderes ou como poderes-deveres. Antes se qualificam e melhor se designam como deveres-poderes.”

Celso Antônio Bandeira de Mello

Bons estudos e GRAN abraço!



Rodrigo Cardoso

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Rodrigo Cardoso

Rodrigo Cardoso é graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília e especialista em Direito Administrativo e Constitucional. Ministra aulas de Direito Administrativo. Servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Coautor do livro Direito Administrativo Simplificado – 6ª Edição. Palestrante.



Obrigado
pela leitura e
confiança!

Acompanhe, em nosso blog, novas postagens
semanais de artigos e mensagens.

Bons estudos e conte **SEMPRE** conosco!